

O zero e o infinito **- Reflexões sobre o método biográfico em pesquisa histórica***

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Introdução

Em 1946, Arthur Koestler lançou polêmico romance que versava sobre um processo movido, na União Soviética, contra um ex-líder comunista: dentre inúmeras traições, era acusado de superestimar a importância do sujeito na história, postura que revelaria condenável ideologia burguesa, contrária aos interesses revolucionários. Embora sejam outros os tempos hoje vividos, nem o fim da Guerra Fria contemplou anseios de liberdade a Leste ou a Oeste nem a história-disciplina se livrou, no que tange à subjetividade, de uma incômoda alternância entre *o zero e o infinito* – título do livro de Koestler e tema do presente trabalho.

Poucos debates se prestam tanto à análise desse problema quanto os dedicados ao valor do *método biográfico* em história. Independentemente das conclusões dos eruditos, o gênero está na moda: levantamento realizado no Brasil há alguns anos apontou-o como o segundo em crescimento editorial (atrás apenas da literatura de auto-ajuda). A crítica cultural se inquieta, pois o sucesso estaria sendo mais bem aproveitado pelos jornalistas que pelos historiadores. O biográfico ocuparia, em decorrência, um “limbo epistemológico”: nem história nem ficção, prática bastarda e ator coadjuvante são comentários associados ao procedimento (Cf. FILIZOLA e RONDELLI, 1997: 214).

Paralelamente, alguns estudiosos têm tentado explicar o *boom* do biográfico. Nesse intuito, é raro que se afastem dos seguintes argumentos: a demanda estaria ligada à busca de ancoragem, de caráter compensatório, em face de uma experiência contemporânea marcada por efemeridade, fragmentação e perda de referenciais ideológicos; a proliferação decorreria da crise do paradigma estruturalista em história, facultando o retorno do que fora anteriormente repudiado como veiculador de reprováveis tendências positivistas (Cf. SCHMIDT, 1997: 5-6; FILIZOLA e RONDELLI, 1997: 216).

Estas suposições estão permeadas de impasses. A primeira naturaliza a demanda, pois deixa de pôr em cena, em acréscimo à produção contemporânea de fragmentação, a oferta simultânea de ideais de completude, permanência e coerência. Assim, para explicar o crescimento das biografias, pressupõe, sem o dizer...o próprio crescimento das biografias (ao menos, de *certos estilos*¹ de biografia). Já a segunda hipótese, apesar de consistente com as mutações da historiografia nas últimas décadas, minimiza diferenças entre tendências: nem todas demonstram idêntico apreço pelo método biográfico e pouco ajuda, para entender sua especificidade, reunir em um único bloco a nova história, os marxistas britânicos, a história política, a psico-história, a micro-história, a história oral etc.

De nossa parte, em busca de um caminho de análise alternativo, evocamos Daniel Bertaux: “A brutal irrupção da praxis social no cenário tranquilo da sociedade de consumo foi fatal ao meu cientificismo” (*apud* TREBISCH, 1994: 31). A declaração provém dos anos imediatamente posteriores a *maio de 68*, momento em que uma plêiade de cientistas sociais promove, através do apelo ao biográfico, o

retorno contestatário do que fora banido por Durkheim – a princípio da sociologia e a seguir, dada a influência do paradigma durkheimiano sobre a Escola dos Annales², também da história.

A pretensão de discutir o biográfico nos põe, portanto, diante de um horizonte onde se alinham parâmetros científicos – são os relatos de vida *história*, ou somente *estórias*?³ – e políticos – a *alteridade* emergente nos movimentos sociais deve ganhar espaço no discurso acadêmico? É desaconselhável omitir, além do mais, parâmetros estéticos: o reconhecimento da narratividade pela história e sua aproximação aos experimentos literários propiciam, ou não, uma alternativa frente aos impasses individualistas de que seriam tributários os relatos de vida?

Cada uma dessas dimensões – epistemológica, política, estética –, quando mobilizada com exclusividade, tende a encerrar as demais em um compartimento silencioso e impotente. A fim de exemplificá-lo, lançamos mão...de um relato autobiográfico. Durante mesa redonda no III Encontro Clio-Psyché, realizado na UERJ (2000), Verena Alberti procedeu a bela exposição sobre Fernando Pessoa e seus heterônimos, “personagens criados por ele... ou que o criaram”, cada um possuindo características físicas, caligrafia, horóscopo, cartão de visitas, estilo etc. Atenção particular foi concedida a Bernardo Soares, “heterônimo fragmentado”: sua obra, *O livro do desassossego*, seria mesmo uma “antibiografia” – sem fatos nem curso cronológico, marcada pela lentidão e pelo “desacontecimento”.

Entusiasmada com a apresentação, pedi à conferencista que falasse das interferências entre *história oral* e *heteronímia*, entrevedo-as na qualidade de ruptura com o centramento egóico, o individualismo e/ou a filosofia do sujeito que assediam as práticas que recorrem à oralidade. Para minha decepção, Verena Alberti rejeitou a existência de qualquer passagem entre procedimentos com intenções científicas (história e história oral) e ficções-experimentações literárias (as *peçoas* de Pessoa). Calei-me, não sem lamentar que um arquivamento disciplinar tão estrito restringisse as virtuais derivas de um procedimento-feiticeiro.

Nem todos pensam assim, felizmente. Após definir a biografia como “narração da vida de um indivíduo”, Schmidt (2000: 193) embrenha-se nas mutações sofridas pelos dois principais termos da sentença quando se têm em conta os novos nexos estabelecidos entre história e literatura e os efeitos do pós-modernismo sobre a história pretensamente científica. Em sua perspectiva, *narração* e *indivíduo* são idéias a reexaminar com cuidado “depois de sua permanência por longos anos no limbo da história anedótica e laudatória”.

Percorrendo esse caminho, o autor evoca justamente os heterônimos em Fernando Pessoa: “O que um psiquiatra embebido de razão moderna poderia diagnosticar como esquizofrenia, nós podemos considerar como uma resposta ao homem coerente e estável, típico da modernidade” (idem: 201). Pensador ousado, segue adiante comparando a *heterogênese* ativada no escritor português aos convites teóricos de Foucault, Deleuze e Guattari: explosão do eu, linha de fuga ao identitário, crítica em ato à idéia de que o sujeito-autor seja a origem última do sentido.

Em lugar de deleitar-se com a literatura *dos outros*, mantendo simultaneamente em segurança os feudos da *verdade* – um “cada macaco no seu galho” disfarçado de sensibilidade erudita –, Schmidt acata um animador des-conhecimento: “Precisamos aprender com os literatos a falar da subjetividade dos personagens, a romper com o tempo linear e a tramar narrativamente as trajetórias individuais com os contextos onde estas se realizaram” (idem: 202).

Nosso companheiro de reflexões não está alheio aos *regimes* de verdade e, conquanto tomado pela “vontade de ser poeta”, reconhece que, em história, “talvez não seja possível viajar tão longe criando personagens”, mas unicamente “recriar facetas diversas de homens e mulheres ‘reais’” (idem: idem). Também eu andei às voltas, em certo momento, com a tarefa de pôr em letras os homens e mulheres de meu então foco de historicização – os percursos da Análise Institucional no Brasil –, com vistas à qual contava com histórias (orais) de vida, às quais se agregavam escritos biográficos e textos permeados por *tom autobiografante*, em função da presença da *análise de implicações* à moda institucionalista⁴.

No seio dos deslocamentos entre literatura e historiografia, Schmidt privilegia as fronteiras, onde habitam os híbridos. Senti-me (e ainda me sinto) feliz em acompanhá-lo: fora das mesmas, meus personagens se endurecem, fazem-se demasiado ‘reais’, amarrados a tempos, espaços e determinações. Ciência e Ficção tingem-se então de cores contrastantes, qual nos deveres de casa (mapas a colorir) da geografia da infância – simplório dispositivo construtor do *narcisismo das pequenas diferenças*. O biográfico, que se pensava cidadão do mundo, mal se afasta das regiões incertas e já se vê encerrado em categorias: na nação científica, quiçá mais xenófoba, lhe gritam acusatoriamente “ilusão!”; na ficcional, convidam-no a permanecer, contanto que conformado em não ser mais que “romance”, “estória” e/ou “console”. Correr de volta às fronteiras parece ser, por conseguinte, o melhor remédio para preservar virtualidades de exploração e experimentação.

Essas considerações deixam de parecer metafóricas quando se abre a coletânea que debate *usos (e abusos) da história oral* (FERREIRA e AMADO, 1997), na qual Pierre Bourdieu e Giovanni Levi discorrem, respectivamente, sobre a *ilusão biográfica* e os *usos da biografia*. São raros os trabalhos mais atuais que, ao pôr em pauta o tema, deixem de recorrer a tais artigos, originalmente datados de 1986 (Bourdieu) e 1989 (Levi), e cujos títulos, como veremos, nada têm de inócuo.

Viajando de metrô

Oriundo de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, o trabalho de Bourdieu não tem papas na língua. Decreta *ilusório* o biográfico e, para demonstrá-lo, começa por detalhado enfoque analítico da expressão que goza da preferência de etnólogos e sociólogos: *história de vida*. Sua simples menção levaria a ver *a vida* como uma *história*, circunstância em que o autor percebe condenável *contrabando* – idéia do senso comum que entra, sem pagar tributos ao rigor, no universo científico.

Consoante Bourdieu (1996: 183), a “linguagem simples” diz ser a vida “um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (...), seu ardis, até mesmo suas emboscadas”, ou “um encaminhamento, (...) um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (...), que tem um começo (...), etapas e um fim (...), um fim da história”.

Não sou a melhor pessoa do mundo para reprovar excesso de palavras em quem quer que seja. No caso, porém, talvez porque a “linguagem simples” tenha lá as suas astúcias, a proliferação atrapalha a demonstração. Para Bourdieu, pensar a vida como uma história implica considerá-la algo que “transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que é também um objetivo” (idem: 184). Não duvido, mas termos como *encruzilhada*,

ardil, emboscada e, em particular, *viagem*, escapam talvez ao sentido unitário sob o qual o autor os subsume. Sem a intenção de afirmar que origens portem significados essenciais, penso que a totalidade do texto de Bourdieu se mostrará devedora desse apagamento inicial de diferenças.

Por ora, contudo, sigamos em frente, pois nem só de repúdios a travessias ilegais se compõe o escrito do sociólogo francês. Ao lado da linguagem *simples* e da *científica*, ergue-se a *literária*: “É significativo que o abandono da estrutura do romance como relato linear tenha coincidido com o questionamento da visão da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção” (idem: 185). Bourdieu faz um verdadeiro achado ao simbolizar essa “dupla ruptura” pelo romance *O som e a fúria* e ao evocar a frase, inspiradora do título da obra de Faulkner, com que Shakespeare, ao final de *Macbeth*, retrata a vida: “É uma história contada por um idiota, uma história cheia de som e fúria, mas desprovida de significação” (*apud* BOURDIEU, 1996: 185).

Tal concepção – a da vida como anti-história – ganha outro representante com o *nouveau roman*: elementos descontínuos, únicos, imprevisos, aleatórios, fora de propósito, inúteis, fugazes, gratuitos e fragmentários compõem este modo original de expressão literária. Bourdieu o diz “revolução retórica”, por tornar visível a “ilusão retórica” de que era portadora a antiga tradição. Mas os apelos à literatura devem cessar: na sociologia está o território-limite a partir do qual ele deseja montar sua análise, relativa àquilo que nos leva a experimentar a vida como história.

Para tanto, além de manter a uma distância ótima o senso comum e a literatura, precisa haver-se com a filosofia. A vida entendida como unidade e totalidade é aparentada por Bourdieu à filosofia satreana, com sua noção de “projeto original”⁵; o ato de interrogar tal ilusão traz ao palco os empiristas ingleses, Hume em especial, a pôr em dúvida a existência de um *eu* irreduzível à dispersão das sensações; mas Kant logo desperta de seu sono a fim de postular o caráter indispensável desse mesmo eu, caso se queira justificar a ligação das representações em uma consciência. Para Bourdieu, porém, o equivalente vantajoso do *eu* filosófico se encontra no *habitus* – “princípio ativo (...) da unificação das práticas e das representações”. Identidade *prática* formada pela interiorização de normas sociais que, por sua vez, se exterioriza a cada conduta, o *habitus* não é um eu diretamente *cognoscível*: o cientista social deve abandonar o sonho de apreendê-lo em um relato totalizante, dedicando-se, alternativamente, a investigar as instituições do mundo social que fazem, da totalização identitária, uma de suas principais dimensões (BOURDIEU, 1996: 186).

A tal objetivo devota-se o núcleo do artigo, partindo da instituição mais evidente nesse sentido, o *nome próprio*: “Por essa forma inteiramente singular de *nominação* (...) institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico (...) em todas as suas histórias de vida possíveis”. Designador rígido que denota o mesmo objeto em qualquer universo possível, independentemente de circunstâncias e acidentes, o nome próprio não veicula informação alguma sobre o nomeado: “como o que (...) designa não é senão uma rapsódia disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação, todas as descrições seriam válidas somente nos limites de um estágio ou de um espaço” (idem: 186-187).

Neste ponto, a criação literária faz um retorno triunfal: Bourdieu refere-se à originalidade do nome próprio precedido do artigo definido, conforme utilizado por Proust – “o Swann de Buckingham

Palace”, “a Albertina de então”, “a Albertina encapotada dos dias de chuva” –, que enuncia, ao mesmo tempo, uma subjetividade fracionada e a permanência instituída pela nomeação.

Ajudada pela inventividade de Proust entrevejo, a despeito da denúncia bourdieudiana da *ilusão* biográfica, um valor singular nas narrativas colhidas durante minha pesquisa sobre a história da Análise Institucional. Alguns deles promovem, por si só, linhas de fuga à cristalização identitária: Armando Bauleo fala-me do “Pichon-Rivière das noites”, que encontrava nos cafés de Buenos Aires, e de quem passa a certa altura a fugir, pois “o Pichon-Rivière do consultório” silenciava, reprovadamente, à simples menção desses contatos. Outros relatos demandam que o historiador tome a iniciativa de pôr o artigo à frente do nome próprio: entrevistada na clínica do Instituto Sedes Sapientiae poucos dias depois de ser alçada à coordenação, Isabel Marazina, cuja história de vida somente contempla uma “psicanálise comprometida com o social”, é sem dúvida a *Isabel Marazina de então*, e não Isabel Marazina às secas, desde sempre, significação totalizante. Em acréscimo ao momento em que a entrevista foi realizada, minhas relações prévias com ela provavelmente contribuíram para que privilegiasse, em sua narrativa, uma sorte de embate surdo entre os *clínicos* e os defensores da *análise institucional* (e/ou da *cidadania*) no âmbito da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Travessuras deleuzianas interceptam meus pensamentos, sugerindo um pouco mais de possível: “...não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem (...). Tornamo-nos um conjunto de singularidades soltas, de nomes, sobrenomes, unhas, animais, pequenos acontecimentos: o contrário de uma vedete” (DELEUZE, 1992: 15). Pensamento generoso, o deleuziano – convite à conexão e ao intempestivo. Quase me torno a *Heliana que se agarra ao livro de Deleuze*, mas recorro a haver tomado caminho lateral em uma encruzilhada do artigo de Bourdieu. Obrigo-me a retornar... à procura do tempo perdido.

Entretanto, Proust já foi posto de lado: ao invés de *madeleines*, Bourdieu oferece o *mercado*. Após mencionar brevemente a existência de variações no discurso coligido via histórias de vida – de um modelo oficial de representação de si a uma lógica da confiança –, conclui pela prevalência de férreas determinações: “...tudo leva a crer que as leis da biografia oficial tenderão a se impor muito além das situações oficiais” (BOURDIEU, 1996: 189). Para o autor, o esforço de “apresentação de si” ou de “produção de si” associado à “forma doce de interrogatório oficial” representada pela investigação sociológica não escapa à economia (capitalista) das trocas simbólicas. Qualquer pesquisador certamente encontrará, no relato dos entrevistados, o que o *habitus* dominante engendra: maximização de lucros/minimização de perdas via uma identidade caracterizada por constância, previsibilidade e inteligibilidade (Cf. BOURDIEU, 1996: 186-189).

Mas nem tudo está perdido: em adição à dura reprimenda à cumplicidade do investigador com os processos sociais atuantes na construção do artefato *história de vida*, Bourdieu propõe vias alternativas. Elas estariam na adoção da idéia de *trajetória*, definida como “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a constantes transformações” (BOURDIEU, 1996: 189).

As palavras empregadas – trajetória, devir, transformações – conotam mutações, movimentos e travessias; porém a analogia através da qual são contrastadas à ilusão biográfica destrói essa quimera: “Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos (...) é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um *trajeto no metrô* sem levar em conta a *estrutura da rede*; isto é, a *matriz de relações objetivas* entre as diferentes estações” (idem: 198-190; grifos nossos).

Quando querem retratar o trabalhador-padrão – sujeito responsável e cumpridor de seus deveres –, os franceses costumam usar a expressão *métro-boulot-dodo*. Ela perde bastante na tradução – metrô-batente-naná –, mas algo sustenta em ganhos críticos. Porque o agente, singular ou plural, concebido por Bourdieu muito se assemelha a esse modelar *homo economicus*, sonho dos tecnocratas de todos os gêneros. Sua vida resume-se ao seguinte roteiro teórico: “Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social (...), mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (...) O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (idem: 190).

Bourdieu iniciara o artigo *A ilusão biográfica* correlacionando a perspectiva do senso comum a uma espécie de filosofia (oficial) da história – a vida entendida como seqüência coerente, contínua e inteligível. Entre os termos utilizados pela “linguagem simples” para descrever essa ilusão, mencionara “encruzilhadas”, “ardis”, “emboscadas” e... “viagem”. Depois de rigorosa análise, a opção que nos apresenta é um trajeto de metrô no qual, se viagem existe, transcorre entre posições predeterminadas; onde as encruzilhadas não são mais que estações de conexão preexistentes; em que emboscadas e ardis consistem, quando muito, em avaliações inadequadas dos investimentos-trajetos em jogo.

O autor enceta um combate, legítimo decerto, contra as filosofias do sujeito, dentre as quais se destacam as tendências fenomenológico-existenciais. A meu ver, contudo, teria também bastante a aprender com elas. Desafiadoras, as últimas linhas do artigo indagam: “quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma idéia da paisagem na qual ela se realiza?” (idem: idem). Quiçá seja árduo fazê-lo, mas cumpre lembrar que o termo *paisagem* pode veicular diferentes sentidos. Em Bourdieu, aponta a um campo sem brechas, qual um mapa geográfico em que o traçado fixo das nações jamais deixa entrever a história das lutas pela sua construção, tampouco as táticas que por vezes transgridem suas fronteiras. Como antídoto, o sociólogo faria bem em reler antigas palavras de Merleau-Ponty (1945: III), que o instigariam a levar em conta, por pouco que fosse, “esse mundo antes do conhecimento, mundo de que o conhecimento fala sempre e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, simbólica e dependente, como a Geografia para com a paisagem onde primeiro aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um regato”.

Indo menos longe no tempo e prevenindo-nos quanto à linguagem sedutora do sujeito constituinte, devemos voltar à história e aos historiadores. Dentre eles, Michel de Certeau é o mais atento às astúcias de Bourdieu, desmistificando com rigor o que nós interrogamos com malícia. Consoante sua análise, Bourdieu necessita de *alguma coisa* que ajuste as práticas às estruturas e, ao mesmo tempo, explique os desníveis entre ambas. Encontra-a no processo de *aquisição*, através do qual as estruturas se interiorizam em *habitus* – de grupo, de classe, etc. – para, a seguir, se exteriorizarem em práticas. Com

isso, a dimensão temporal passa a ser levada em consideração, embora ganhe um estranho caráter: as práticas só manifestam a estrutura se esta ficou estável durante a fase de interiorização-exteriorização; caso contrário, mostram-se desniveladas, correspondendo ao que eram as estruturas no momento de interiorização no *habitus*. Acerca das consequências, para a história, deste tipo de construção teórica, conclui Certeau (1994: 126): “as estruturas podem mudar e tornar-se um princípio de mobilidade social (é mesmo o único). O adquirido, não. Não goza de movimento próprio. É o lugar de inscrição das estruturas, o mármore onde se grava a sua história. Nada aí se passa que não seja o efeito de sua exterioridade (...) nada aí se mexe, nem a história, salvo o que (...) é gravado por uma ordem estranha. A imobilidade dessa memória garante à teoria que o sistema sócio-econômico será fielmente *reproduzido* nas práticas”.

A despeito de Bourdieu brandir um presumido *empirismo*, sua explicação da sociedade pelas estruturas se sustenta em algo presumido e invisível: o *habitus*. Mais do que ser explicado como efeito de práticas e discursos históricos, o *habitus* acaba por servir para explicá-los. Com isso, ao ver de Certeau, muda o herói – “um ator passivo e noturno toma o lugar da multiplicidade astuciosa das estratégias” – e se instaura, na teoria, um lugar dogmático – entendendo-se por dogma “a afirmação de um ‘real’ de que o discurso necessita para ser totalizante” (idem: 127).

Com o perdão de nosso infame trocadilho, em Bourdieu, o *habitus* faz o monge...

Encruzilhadas da subjetivação

As reflexões do artigo de Giovanni Levi atendem aos reclamos do editorial dos *Annales* (n.º 2, 1988), que demanda, dos pesquisadores, justificativas quanto ao entusiasmo demonstrado por biografias e autobiografias⁶.

Falando em *usos do biográfico*, o autor não adere a pragmatismo de ocasião; fiel ao estilo da micro-história, interroga condições e consequências das experimentações com relatos de vida. Ao contrário de Bourdieu, a cuja “salutar ferocidade” faz referência (LEVI, 1996: 168), exime-se de legislar sobre o procedimento, preferindo torná-lo um *condensador* das questões metodológicas e ético-políticas que permeiam a historiografia contemporânea.

O primeiro passo é deixar de lado o contraponto indivíduo *versus* sociedade. São mais do que conhecidas as respostas possíveis a partir dessa dicotomia: defende-se, por um lado, serem os relatos biográficos indispensáveis para salientar a irredutibilidade da experiência subjetiva a esquemas normativos; por outro, procede-se a nova derrubada do “ídolo psicológico”, limitando a eventual serventia das narrativas pessoais à acumulação de evidências em torno de hipóteses generalizantes.

Levi qualifica tal oposição de “absurdo científico” e encaminha o debate para regiões mais fecundas: as relações entre história e narrativa – aparecendo a biografia como “canal privilegiado através do qual os questionamentos e técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”; os momentos históricos em que os embates entre indivíduo e instituições se tornam especialmente agudos – adquirindo notável intensidade “a consciência de uma dissociação entre o personagem social e a percepção de si”; a crise dos paradigmas científicos no século XX – com a contestação do mecanicismo na física e o surgimento das teorias do inconsciente levando a que “não mais as propriedades e sim as probabilidades” se tornem objeto de descrição do pesquisador (idem: 168-173).

Os três temas são instigantes, mas sua apreciação nos levaria a discutir todas as mutações da história contemporânea. Vale pelo menos mencionar, contudo, que o intento do autor ao focalizá-los é desatrelar o interesse atual pelo biográfico de meras *exacerbações individualistas*, que teriam resultado, à maneira de uma formação reativa, dos *totalitarismos* característicos dos regimes – *políticos e de verdade* – predominantes até meados dos anos 70. Quando a discussão se restringe a esse aspecto, assistimos a lamentáveis tentativas de ressuscitar paradigmas, qual o da tradicional história política, que valoriza exclusivamente os testemunhos ditos “confiáveis” de atores considerados “privilegiados”.

Levi, ao contrário, vê “a própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não linear e suas contradições” tornarem-se os protagonistas dos problemas hoje enfrentados pelo saber histórico, desafiando os estudiosos “a apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais” (idem: 173). Despontam, com isso, as reticências da micro-história aos cânones instituídos, seja no referente às fontes ditas válidas – nunca neutras, porque concentradas em atos já concluídos conforme registrados em agregados oficiais de informações – seja no tocante às formas narrativas privilegiadas – aferradas a esquemas argumentativos que promulgam explicações monocausais e lineares.

Nesse panorama, o enfoque do biográfico costuma redundar em um misto de fascínio e complexidade irresoluta. Visando à elucidação, Levi elabora uma provocadora *tipologia*, classificando as abordagens contemporâneas sob quatro rubricas: prosopografia e biografia modal; biografia e contexto; biografia e casos extremos; biografia e hermenêutica.

Tal como a moda, índice estatístico de tendência central, sumaria em um único valor o caráter disperso e/ou tortuoso de uma distribuição, na primeira das classificações a biografia não tem, em si própria, qualquer interesse: simplesmente resume as condições mais freqüentes, sendo utilizada para fins prosopográficos.

Esse tipo de emprego é comum nos historiadores das mentalidades, na verdade pouco interessados em histórias de vida particulares, acolhidas somente quando possuem presumido alcance geral. Neste sentido, Levi percebe na relação entre *habitus* de grupo e *habitus* individual uma prática francamente prosopográfica. Examinando *Esquisse d'une théorie de la pratique* descobre-se que, para Bourdieu, “cada sistema de disposições individuais é uma variante estrutural dos demais (...), o estilo pessoal não é senão um desvio em relação ao estilo próprio de uma época ou de uma classe” (*apud* LEVI, 1996: 174).

A forma narrativa privilegiada pelos praticantes da biografia modal denuncia sua feição ilustrativa: “é prática corrente enunciar primeiro as normas e as regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação e de mobilidade sociais, etc.) antes de apresentar os exemplos modais que intervêm na demonstração a título de provas empíricas” (LEVI, 1996: 175).

No segundo tipo de utilização apresentado, a biografia preserva o cunho de trajetória particular, não obstante a época e o meio social componham a atmosfera indispensável para explicá-la. Segundo Levi, tal atmosfera – dita *contexto* – pode ser apreendida sob duas perspectivas, eventualmente complementares: um quadro histórico-social que permite compreender, tipificando-o, o que à primeira

vista pareceria insólito ou desconcertante; um meio de preencher lacunas documentais sobre um personagem através da comparação com outras pessoas cuja vida apresenta analogia com a do biografado.

Dando prosseguimento às metáforas estatísticas, pode-se dizer que enquanto os prosopógrafos recorrem à *moda*, os praticantes da contextualização se aproveitam de toda a *curva de frequência*: o biografado ocupa uma posição compreensível porque possível (*normal*) na amplitude de tal curva; os dados de que carecemos para entender sua situação específica podem ser obtidos através dos demais pontos da distribuição.

Conhecido exemplo desse uso do método biográfico encontra-se em *O retorno de Martin Guerre*. Segundo Natalie Z. Davis, a obra reintroduz “uma forma de comportamento no quadro das práticas culturais da vida do século XVI” (*apud* LEVI, 1996: 175). Trata-se, por sinal, da compreensão mais corrente quando se pensa no método biográfico como um recurso historiográfico, e não hagiográfico: homens (e mulheres) particulares se fazem homens (e mulheres) *de seu tempo*, embora não sejam totalmente reduzidos a comportamentos-tipo.

Vale lembrar que os micro-historiadores são *experimentadores* em história e primam por desviar-se dos esquemas mais difundidos. Assim, conquanto Levi reconheça que “uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades” e elogie alguns “ótimos resultados” em termos de “equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo” alcançados pelos contextualistas, também adiciona ressalvas: “o contexto é freqüentemente apresentado como algo rígido, coerente, e (...) serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam” (LEVI, 1996: 176).

O terceiro tipo de uso do biográfico apresentado responde, em parte, a essa objeção: trajetórias pessoais funcionam então para *esclarecer* o contexto, que “não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por suas margens” (*idem*: *idem*). Não surpreende que o exemplo trazido à baila seja o moleiro Menocchio, celebrizado por *O queijo e os vermes*, cuja relevância para a análise da cultura popular é assim caracterizada por Ginzburg: “mesmo um caso extremo (...) pode revelar-se significativo. Seja negativamente – pois ajuda a precisar o que se deve entender (...) por ‘estatisticamente mais freqüente’ – seja positivamente – pois permite identificar as possibilidades latentes de algo (...) que só conhecemos através de uma documentação fragmentária e deformada” (*apud* LEVI, 1996: 177).

Um paralelo com a literatura ajuda a clarificar este manejo anti-modal do biográfico: se nas prosopografias desponta o *personagem naturalista* tradicional, é nas *narrativas do absurdo* que localizamos um modelo para os casos extremos. A comparação se deve ao próprio Levi, mas, talvez porque não admire tanto assim o estilo de Beckett, ele ainda demonstre insatisfação com esse modo de retratar o contexto: “traçando-lhe as margens, os casos extremos aumentam a liberdade de movimento de que podem dispor os atores, mas estes perdem quase toda ligação com a sociedade normal” (LEVI, 1996: 178).

A apresentação da tipologia se encerra evocando os laços entre biografia e hermenêutica. Levi se acerca, com isso, dos procedimentos da *antropologia cultural*, que tanto serviram de respaldo à micro-história enquanto esta precisou de ferramentas afiadas para desafiar a rigidez da história social no modelo dos Annales. Porém o micro-historiador sequer menciona o nome de Geertz – autor à qual sua tendência

recorria repetidamente –, contentando-se em afirmar que a antropologia interpretativa “salientou o ato dialógico, (...) alternância contínua de perguntas e respostas no seio de uma comunidade de comunicação”, tornando o material biográfico intrinsecamente discursivo, avesso a traduções de natureza realista e unicamente passível de “ser interpretado de um modo ou de outro” (idem: 178).

Diálogo e multiplicidade interpretativa implicam, para Levi, rumo perigosamente relativista – espectro a assombrar a história sempre que ela remexe nos baús de seu castelo discursivo. O temor, no caso, é tão violento que captura o autor em um *ativo* desconhecimento. Ele declara, por exemplo, que “a história que se baseia em arquivos orais ou que procura introduzir a psicanálise na pesquisa histórico-biográfica só se deixou influenciar [pela perspectiva interpretativa] de modo intermitente e frágil” (idem: idem). Com isso, historiadores como Alessandro Portelli e Luisa Passerini – para ficar no mais evidente, porque italianos... – são atirados no mesmo porão escuro onde Levi se livrara (do cadáver?) de Geertz.

Críticos implicantes, preferimos azeitar as correntes dos fantasmas. Em artigo originalmente publicado em 1986, Paul Rabinow não só recorda a descoberta de Geertz pelos historiadores como denuncia seu anacronismo: no exato momento do encontro, Geertz começava a ser duramente questionado no próprio campo da antropologia. Radicalizando o projeto interpretativo por ele defendido, alguns autores, desde então, vão muito além da descrição significativa do Outro com a ajuda de mediações textuais: para gente como James Clifford, por exemplo, o Outro é a *representação antropológica* do outro; ou seja, a *escrita da antropologia*⁷ (Cf. RABINOW, 1999: 81).

O tema central dos estudos de Clifford é a construção textual da *autoridade antropológica*, cujos artifícios literários primordiais são o emprego do discurso indireto livre (supressão, na escrita, dos aspectos situacionais da interpretação) e a presença, explícita ou velada, do enunciado “eu estava lá”. A famosa descrição geertziana da briga de galos em Bali é paradigmática neste sentido: “o antropólogo estabelece que esteve lá e então desaparece do texto” (*apud* RABINOW, 1999: 83).

Ainda segundo Clifford, a antropologia, mesmo quando se declara interpretativa, tende a suprimir da narrativa a dimensão dialógica, própria do trabalho de campo⁸. O estratagema confere um controle total do texto ao pesquisador, circunstância associável ao colonialismo: “A antropologia interpretativa (...) nas suas ramificações realistas oficiais (...) não escapa das constrições gerais daqueles críticos da representação colonial que, desde os anos 50, têm rejeitado discursos que esboçam as realidades culturais de outros povos sem no entanto colocar sua própria realidade em perigo” (idem: 85).

Embora essas observações revelem a preferência de James Clifford por modos dialógicos, polifônicos ou heteroglóssicos de textualidade, criá-los é tarefa ainda enigmática: uma etnografia dialógica não emerge automaticamente da transcrição de diálogos e uma autoridade puramente dialógica “reprime o inescapável fato da textualização” (idem: idem). A partir desta advertência, lembramo-nos de Alessandro Portelli (1991), que enfatiza ser o *historiador* o responsável por tudo o que está escrito em *seu* texto. Em linha semelhante, Clifford (*apud* RABINOW, 1999: 86) reconhece que a *escrita* etnográfica sempre impõe certa coerência e que inclusive a polifonia mais radical simplesmente desloca, sem a suprimir, a autoridade etnográfica, “conformando (...) a orquestração virtuosa de um único autor de todos os discursos”.

Parece indispensável, portanto, renunciar não só às aspirações realistas (das antropologias positivistas) e relativistas (das interpretativo-autoritárias) como às garantias de qualquer espécie,

passando a ver nossas decisões textualizantes na qualidade de opções estratégicas: “A etnografia é invadida pela heteroglossia. Se for concedido um espaço textual autônomo às afirmações nativas, se forem extensamente transcritas, elas farão sentido em termos distintos daqueles empregados pelo etnógrafo que as ordena (...). Isso sugere uma estratégia textual alternativa, a utopia de uma autoria plural que concede aos colaboradores o status de escritores e não meramente de informantes independentes” (idem: idem).

Depois de tanto falar em *texto*, regressemos ao de Giovanni Levi. A despeito de revelar precauções quanto ao relativismo e de supor que a abordagem hermenêutica possa redundar “na impossibilidade de escrever uma biografia”, o micro-historiador nela reconhece qualidades singulares: é a perspectiva mais problematizadora, mais dedicada à pesquisa de formas narrativas e, principalmente, a que procura “técnicas de comunicação (...) sensíveis ao caráter *aberto* e *dinâmico* das escolhas e das ações” (idem: idem).

Ao mencionar abertura e dinamismo, Levi atrai ao primeiro plano suas próprias indagações e teorizações, voltadas para as relações entre normas e práticas; entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada; entre os grupos e os indivíduos que os integram – nenhuma delas contemplada pelos usos do biográfico até então apresentados.

O primeiro problema convida a discutir as conexões entre história e ciências sociais. Levi percebe na ênfase posta sobre o destino de um personagem uma variante da *redução de escala* manejada pela micro-história, cuja pretensão é fazer com que encaremos de modo renovado o funcionamento das normas sociais. Senão, vejamos: o historiador social clássico, em que pese sublinhe as transformações dos sistemas normativos no tempo, considera – qual o cientista social – que, num dado momento, eles se tornem coerentes, transparentes e estáveis. Já o foco biográfico promove visibilidade distinta: a do “caráter intersticial (...) da liberdade de que dispõem os agentes” e a da “maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições” (idem: 180).

Liberdade é uma palavra bela, mas perigosa. Levi não rejeita os condicionamentos sociais e culturais; recusa, isto sim, que os sistemas normativos sejam tão estruturados como afirmam os cientistas sociais (e os historiadores sociais sob sua égide), para os quais o êxito epistemológico das respectivas disciplinas repousa na redução de eventuais divergências entre regras e práticas. Vimo-lo com nitidez ao examinar a perspectiva de Bourdieu, em que o sujeito é uma espécie de turista *acidental*, estando o *essencial* na rede de *regras*, figurada pelas estações do metrô ou pelos lugares geométricos da paisagem. Segundo Levi, contudo, nenhum sistema normativo é capaz de eliminar toda possibilidade de manipulação, interpretação ou negociação quanto às regras, postura que abre veredas para pensar *transformações*: “Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas interrelações. A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas” (idem: idem).

Para Bourdieu, se uma prática se desvia da regra, isso se deve a um *habitus* que perdeu o trem da história. De acordo com Levi, a rede da história comporta ilimitado número de linhas – nela ninguém se desvia ou se atrasa – que, para serem conhecidas, demandam que acompanhem as peripécias dos

agentes. Não obstante o micro-historiador murmure que isto talvez seja “mera nuance”, adenda: “parece-me que não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irredutível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação” (idem: idem).

A linguagem empregada pelo autor às vezes nos confunde: para dar conta da variabilidade das práticas, ora Levi fala em “possibilidades de escolha consciente” (idem: 179) ora na presença de uma gama incoerente ou contraditória de sistemas normativos. Na primeira eventualidade perfila-se, num longínquo horizonte, a problemática *liberdade de escolha* de um sujeito quase essencializado. Na segunda, a liberdade não precisa disso para ser afirmada: obedçam ou não aos mapas com que se costuma representar o real, as práticas, todas elas, são do real – elementos e atores de múltiplos sistemas normativos. Diviso aqui, em filigrana, a *heterogênese* de Deleuze e Guattari, a *liberdade situada* de Foucault (1995), as *táticas* de Certeau (1994), os *agoras* de Benjamin (1994), as *temporalizações narrativas* de Portelli (1991a), a *memória-composição* de Thomson (1997) e me deleito com um uso do biográfico que faz coisa bem diferente de dizê-lo simples *representação* (subjativa, ilusória) de um processo (histórico-social, real) transcendente.

Levi dificilmente reconheceria como próprias tantas passagens entre discursos. Isso não me importa demasiado, tanto que ainda descubro, num homófono (Pierre Lévy), uma discussão sobre o sentido do termo *contexto* que muito se assemelha à que se desenha no confronto entre história social ortodoxa e micro-história: “Na abordagem clássica dos fenômenos da comunicação, os interlocutores fazem intervir o contexto para interpretar as mensagens que lhes são dirigidas (...); propomos aqui uma inversão da problemática habitual: longe de ser apenas um auxiliar útil à compreensão das mensagens, o contexto é o próprio alvo dos atos de comunicação. (...) Ao dizer que o sentido de uma mensagem é uma ‘função’ do contexto, não se define nada, já que o contexto, longe de ser um dado estável, é algo que está em jogo, um objeto perpetuamente reconstruído...” (LÉVY, 1993: 22-23).

O livro do qual extraímos esta citação chama-se *As tecnologias da inteligência*; e é de *intelegere*, de racionalidade, que Giovanni Levi nos fala na sequência de seu artigo. Diz ele que quando descrevemos atos históricos raramente nos afastamos dos esquemas funcionalistas, que “supõem atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas” (LEVI, 1996: 180). *Ecce homo*: um ser absolutamente racional, coerente e estável, cujas ações se dão sem inércia e as decisões, sem incerteza. Sob tal ótica, nenhuma *história de vida* é capaz de gerar algo distinto do *homem que calculava*. Já Levi aventura que as biografias assumiriam outra função “se imaginássemos uma forma de racionalidade seletiva que não busca exclusivamente a maximização do lucro”; teríamos, neste caso, “uma forma de ação na qual seria possível abster-se de reduzir as individualidades a coerências de grupo, sem renunciar à explicação dinâmica das condutas coletivas como sistemas de relação” (idem: 180-181).

Penso no intuito primeiro de minha pesquisa: singularizar os percursos da Análise Institucional no Brasil, frente a histórias outras que os subsumem às vicissitudes da difusão da cultura *psi* (e de seu principal marco doutrinário, a psicanálise). Repenso as leituras bourdieudianas relativas à presença de uma *demande do social* entre os psicólogos, leituras que a atribuem a uma estratégia de acumulação

simbólica num campo interno (disciplinar e profissional) entendido como mercado (de *bens de salvação*, diria Weber). Evoco meus desacordos com essas histórias e hipóteses, calcadas na racionalidade (absoluta) das ciências sociais. De início, esses desacordos tinham por ferramenta somente a racionalidade (limitada, seletiva) de (minha?) memória. Com o auxílio dos usos que Levi projeta para o biográfico, vislumbro agora um bom encontro entre a *memória* e a – que seja micro, ou até minoritária... – *história*.

O artigo em análise vai chegando ao fim: em acréscimo à *característica intersticial* da liberdade e à afirmação da *racionalidade limitada*, detém-se em uma última encruzilhada – a das relações entre *grupo* e *indivíduo*. Ao historiador vacinado contra *idiossincrasias*, cabe sem dúvida privilegiar o primeiro termo da diade. Levi não se demora nessa polêmica, mais que resolvida ao início do século XX – se os contendores são os *Annales* e os positivistas – ou mesmo desde o século XIX – caso os adversários sejam Marx e os idealistas. Interlocutor à altura é encontrado em Roger Chartier, descendentes dos *Annales* e declarado admirador da micro-história. Este afirmara, numa publicação então recente⁹, ser viável superar a oposição entre “análise micro-histórica ou *case studies*” e “história sócio-econômica”, entre o estudo da “subjetividade das representações” e o da “objetividade das estruturas”. Para tanto, os esquemas geradores das classificações e percepções próprias a cada grupo social deveriam ser considerados “verdadeiras instituições”. Com isso, as demarcações da organização social se veriam incorporadas “sob a forma de representações coletivas” (*apud* LEVI, 1996: 181). Na proposta de Chartier, Levi valoriza o abandono das grandes categorias sociais – cultura popular, mentalidade, etc. –, em favor da postulação de uma sociedade fragmentada e conflitante, onde as *lutas* em torno das *representações do mundo* seriam passíveis de efetiva apreciação. Neste solo teórico-político, o biográfico se faria *instrumento* fundamental de pesquisa, em lugar de exemplo decorativo de teses globalizantes.

Apesar dos elogios, nos projetos de Chartier subsistem, segundo Levi, algumas insuficiências: o grupo é visto como unidade mínima para o estudo das representações sociais; a coerência e coesão grupais são tidas por ponto pacífico; descartam-se as diferenças individuais, consideradas inapreensíveis.

Ao penetrar em um universo discursivo que lida com as categorias *grupo* e *indivíduo*, o micro-historiador se expõe a perigos que bem conhecemos por igualmente habitar o território *psicossociológico*. Já Chartier os evita: aproximando-se dos esquemas de Bourdieu, sente-se desobrigado de interrogar a *atividade* dos atores (indivíduos?) sociais, considerada mero resultado de “operações de ordenação pelas quais se reproduz e se transforma continuamente a ordem social” (*apud* LEVI, 1996: 182). Conquanto Levi também admita a existência de *habitus* próprios a épocas inteiras e/ou a determinados grupos (*habitus* de grupo), vê-se compelido a acrescentar: “para cada indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social” (LEVI, 1996: 182).

O adendo aparenta reeditar o que Levi já afirmara sobre a relação entre normas e práticas, mas agora estamos às voltas com vicissitudes *cotidianas* ou *situacionais*: fala-se em um social habitado não por grandes entidades (mentalidades ou culturas de classe, de categorias sócio-profissionais, etc.) e sim por inúmeros grupos em luta, o que faz emergir uma problemática ligada ao modo de constituição desses grupos, à apreciação de sua solidez, de sua durabilidade, de sua amplitude, etc. Tais grupos não se

apresentam pré-formados, qual um pano de fundo, para uso do historiador: de certo modo, este deve gerar a emergência e ação dos mesmos mediante o trabalho de pesquisa e de escritura.

À procura de uma formulação adequada para essa tarefa, Levi embrenha-se em um velho (e complicado) jargão: “Não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente” (idem: idem). O caminho é aparentemente mal escolhido, pois nos lança de encontro a separações instituídas (indivíduo/grupo)¹⁰ e a armadilhas intimistas (diferenças individuais) do *poliverso psi*¹¹. Porém o intento é louvável: impedir que se subtraíam à curiosidade histórica “temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam largamente inexplorados: (...) a consciência de classe, ou a solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder” (idem: idem).

Neste sentido, as perguntas do historiador se desdobram: voltam-se tanto para o que sugerira Chartier – a influência que os grupos sociais exercem sobre seus membros – como para “as margens de liberdade e de coação dentro das quais se constituem e funcionam as formas de solidariedade” (idem: idem) – problema para cujo exame, ao ver de Levi, a *biografia* é imprescindível auxiliar.

Malgrado a linguagem bastante clássica empregada pelo micro-historiador, que pouco favorece a processualidade¹², tal ponto mostra-se imprescindível quando se está às voltas, como já foi (ou continuará sendo?) meu caso, com o paradigma do grupalismo-institucionalismo: ao menos como o visualizo, ele há muito vem sendo a ferramenta teórico-político-ética com a qual inúmeros agentes *psi* procuram, em situação, haver-se com problemas bastante próximos ao formulado por Levi, ou seja, as relações (ou, preferencialmente, imanências) entre normas e práticas, instituições e subjetividades, constrições e liberdades, instituídos e instituintes, identidades e singularidades, historicidades e devires, paranoicizações e esquizas...quiçá, *grupos e indivíduos* – empobrecida versão discursiva a nos reenviar ao gueto *psi* (mesmo que adjetivado como *social*) por cujo *desprendimento de si* tanto batalhamos com a mão na massa...da história.

Psicólogos e historiadores: uma relação ainda equívoca

Heurístico, polêmico, eventualmente objetável, embora jamais dogmático, o artigo de Levi acerca dos usos da biografia, através de suas críticas às formas pelas quais os historiadores sociais falam não mais de *um* social, porém ainda *dos* grupos, acabou por nos conduzir a um dos mais antigos problemas que assediam os psicólogos sociais e os psicossociólogos: a paralisante *relação indivíduo-grupo*, que parece exigir, inexoravelmente, que cada um dos (ou ambos) os termos da díade seja(m) previamente totalizado(s)¹³.

Ao rejeitar a tendência historiográfica dominante de totalizar/homogeneizar o grupo, Levi nos convoca a pensar múltiplas virtualidades, mas, simultaneamente, faz-nos correr o risco de erigir nosso próprio domínio de saber – a psicologia – como aquele apto a dar conta das *diferenças* que ele, enquanto historiador, pretende contemplar em sua prática teórica e narrativa. Como alternativa ao *zero* de sujeito na história...estariamos obrigados a projetá-lo, conforme tendem a fazer os “psis”, como *infinito*?

Menos do que oferecer uma resposta, estas últimas linhas visam a potencializar essa indagação. Para tanto, é interessante explorar as relações que os psicólogos historiadores da Psicologia têm estabelecido com os historiadores *tout court*. Na UERJ, a criação do Núcleo Clio-Psyché, do qual fiz

parte no passado, decorreu, entre outros fatores, de uma conjugação de esforços de alguns professores do Departamento de Psicologia Social para pensar, qual sugere Foucault (1996), um sujeito que fosse bem mais do que *portador* de representações sociais; para conceber, em suma, um sujeito inteiramente “fundado e refundado pela história”. Em outras palavras, menos um sujeito que uma *subjetivação processual*.

Antes mesmo da criação de um Núcleo específico, ensaiáramos inúmeras estratégias nesse sentido: aproximações à historiografia marxista, à história das mentalidades e das idéias, à genealogia foucaultiana, à análise institucional socioanalítica, à esquizoanálise deleuze-guattariana, ao interacionismo simbólico, à psicossociologia francesa, à antropologia urbana, às filosofias construtivistas, aos estudos culturais etc. Com a instauração do Núcleo, ao longo dos encontros anuais realizados, o tema *história e subjetividade* nunca deixou de ser intensamente contemplado e eu diria, inclusive, que se tornou o horizonte de convergência dos debates.

No entanto, ocorria algo no mínimo curioso: sempre elogiosos quanto a nosso interesse por Clio e reconhecendo, invariavelmente, que a história contemporânea não pode dispensar a questão do sujeito, muitos de nossos convidados-companheiros historiadores nos viam como aprioristicamente capazes de facilitar a resolução desse último problema. E mais ainda: em meio a nosso arsenal – quase sempre tão mortífero... – de teorias, costumavam eleger a Psicanálise como o explosivo detonador de um convívio pretensamente fecundo e harmônico entre Clio e Psyché.

Funesto destino de nossas aspirações: apelávamos à história para que desnaturalizasse nosso objeto-sujeito – o psicanalítico quicá fundamentalmente, dado o acrítico fascínio que habitualmente desperta – e nos víamos solicitados a contribuir (mas...como?), com o próprio saber “psi”, para a iluminação de algo que o historiador afirmava desconhecer, pressupondo....que já o conhecêssemos!

Não posso afirmar que essa situação se mantenha idêntica, visto que me afastei do Núcleo Clio-Psyché e de seus encontros anuais ou bi-anuais. Tampouco julgo, evidentemente, que se trate de um impasse insolúvel. Mas suponho, com razoável segurança, que ainda não avançamos significativamente na criação daquilo que Barthes (1984), em um artigo dirigido aos jovens pesquisadores, definiu como *interdisciplinariedade*: “O trabalho interdisciplinar, tão discutido nos dias de hoje, não remete às disciplinas constituídas que, aliás, não estão dispostas a deixar seus princípios fluírem. Para se fazer alguma coisa interdisciplinar não basta escolher um objeto (tema) e reunir em torno dele duas ou três áreas de conhecimento. Interdisciplinariedade consiste em criar um novo objeto que não pertença a ninguém”.

Poderá o método biográfico, que tantas vezes já passou de herói a vilão (e vice-versa), funcionar como construtor desse paradoxal campo de não-pertencimento? Em investigações sobre a história da Análise Institucional no Brasil e, posteriormente, sobre a presença do pensamento de Foucault no Brasil, temos tentado atualizar tal aspiração. Para tanto, uma reflexão muito específica acerca da história (oral) de vida e das formas narrativas a engendrar a partir desse procedimento tem sido nossa opção preferencial. Pretendemos evitar, com isso, a “racionalização de objetos naturais” – o histórico, o social, o grupo, o indivíduo – e embarcar na aventura, *nem zero nem infinito*, de “dar a luz à prática e ao discurso” (VEYNE, 1992: 152). O confronto de posturas apresentado no presente artigo constituiu um passo importante nessa direção e continua a alimentá-la.

Referências

- BAREMBLITT, G. Por una nueva clínica para el polyverso psy. *SaúdeLoucura* 5. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BARROS, R.D.B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1994.
- BARTHES, R. Jeunes chercheurs. In: *Le bruissement de la langue*. Paris: Seuil, 1984.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CERTEAU, M. de *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DELEUZE, G. Carta a um crítico severo. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.
- ERIBON, D. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FILIZOLA, A.; RONDELLI, E. Equilíbrio distante: fascínio pelo biográfico, descuido da crítica. *Lugar Comum* n°. 2-3, jul./nov. 1997.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- GUATTARI, F. Todos somos grupelhos. In: *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HESS, R. Lexique de l'analyse institutionnelle. *Pour* n° 62-63, nov/dez 1978.
- KOESTLER, A. *O zero e o infinito*. São Paulo: Globo, 1987.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1993.
- LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1995.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- PORTELLI, A. What makes oral history different? In: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991.
- PORTELLI, A. The death of Luigi Trastulli: memory and the event. In: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991a.

- RABINOW, P. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- ROLNIK, S. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: SPINK, M.J. (org.) *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SCHMIDT, B.B. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, vol. 10, nº. 19, 1997.
- SCHMIDT, B.B. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, M. e GIMENES, R.A.O. (orgs.) – *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2000.
- SIMIAND, F. Méthode historique et science sociale. *Revue de synthèse historique*, t. VI, 1903.
- THOMSON, A. Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História* 15. Ética e História Oral, abril/1997.
- TREBISCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, M.M. (org.) *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994.
- VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

* Artigo anteriormente publicado no Boletim do CDPHA, v.17, p.103 - 120, 2004. Foram feitas algumas atualizações, sem modificar substancialmente o texto.

¹ Segundo Filizola e Rondelli (1997: 216), a forma de biografia mais difundida é a “realista”, “lógica” e “cronológica”.

² O famoso artigo do durkheimiano François Simiand (1903), que tanta influência exerceu sobre os *Annales*, denunciava três ídolos dos historiadores: o político, o cronológico e o *biográfico* (ou *psicológico*).

³ A controvérsia aparece, em inglês e francês, na variedade terminológica: *life history*, *life story*, *histoire de vie* e *récit de vie*.

⁴ Hess (1978: 23) procura elucidar o vínculo entre *autobiografia* e a *análise de implicação*: “Falando das instituições, falo também de mim e da minha relação com as instituições. Paralelamente, todas as nossas produções teóricas se tornam autobiográficas no momento em que a autobiografia, no sentido tradicional, se torna impossível”.

⁵ Bourdieu é injusto com Sartre ao ver na noção de *projeto* o equivalente filosófico dos enunciados “desde então”, “desde sempre”, “desde pequeno”, que povoam as biografias unificantes. Em *Saint Genet*, por exemplo, embora esteja presente a idéia de um ato original e fundante, também se pode ler: “Uma vida histórica é plena de acasos, de encontros (...). O futuro é incerto, somos nosso próprio risco, o mundo é nosso perigo: não poderíamos, em tempo algum, existir para nós mesmos como uma totalidade (*apud* ERIBON, 1996: 20).

⁶ O artigo de Levi foi originalmente publicado no volume de nov/dez de 1989 dos *Annales*.

⁷ Dentre os trabalhos de Clifford, destacam-se *On ethnographic authority* (1983) e *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* (1986, com George E. Marcus).

⁸ Falar em *diálogo* quanto ao trabalho de campo pode ser um eufemismo. Abordando os *diários de pesquisa* como escrita “extra-textual” (*hors-textuelle*), Lourau (1995: 73-74) lembra que Malinowski escreve em seu diário que certo dia, “zangado com seu informante, (...) deu-lhe um soco na cara. (...) O ajudante (...) não lhe trouxera (...) material suficiente para a adequada continuação de seu trabalho”.

⁹ O ensaio de Chartier (*La storia culturale fra rappresentazioni e pratiche*) fora publicado em 1989. Em português, ver Chartier, 1990.

¹⁰ Uma tentativa de escape a essa resistente separação encontra-se em um pequeno artigo de Guattari (1987b), intitulado “Todos somos grupelhos”.

¹¹ Baremlitt (1996: 11) designa com tal expressão “o conjunto não totalizável (...) e internamente heterogêneo e heterólogo de: Valores, Teorias, Métodos, Técnicas e Tecnologias...assim como de Instituições e Organizações...Estabelecimentos...Equipamentos...Agentes...Usuários e Práticas... que têm a subjetividade como objeto assumido e explícito de conhecimento e de intervenção”.

¹² Os temas levantados por Levi são inseparáveis de dimensões ético-políticas. Nesta linha, Rolnik (1994: 173-176) formula promissora comparação entre *progressistas* – aferrados a unidades subjetivo-identitárias – e *processistas* – engajados em caminhos de mutação, de abandono das carcaças individuadas (pessoais e/ou grupais).

¹³ Para uma rigorosa genealogia desse contraponto, ver Barros, 1994.